

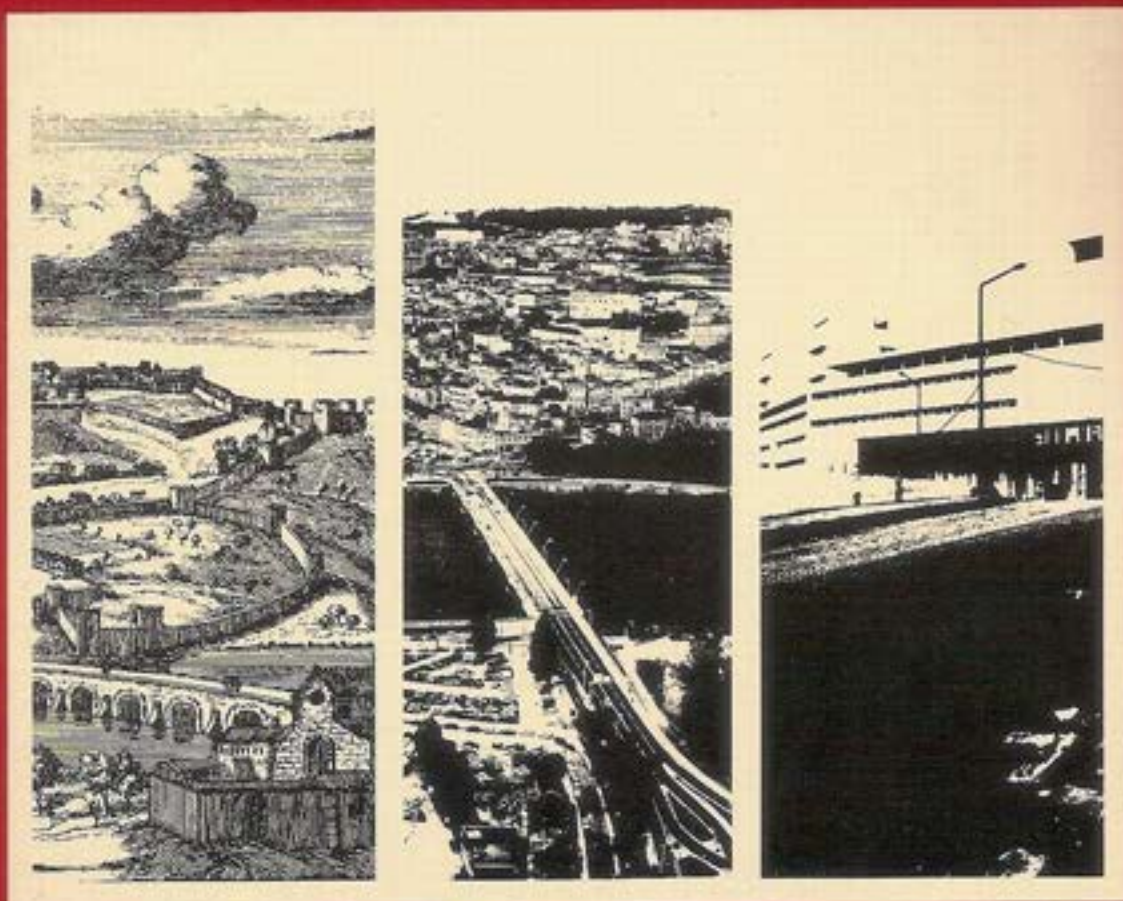
CADERNOS DE GEOGRAFIA

NÚMERO ESPECIAL

INSTITUTO DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS
com a colaboração do Centro de Estudos Geográficos

FACULDADE DE LETRAS - UNIVERSIDADE DE COIMBRA

ACTAS DO SEGUNDO COLÓQUIO DE GEOGRAFIA DE COIMBRA
COIMBRA 1999



ALGUNS DESAFIOS PARA AS CIDADES NA VIRAGEM DO MILÉNIO

Teresa Barata Salgueiro*

1. A importância crescente das cidades

Gostaria de começar por sublinhar a importância crescente das cidades, seja em população, seja pelo seu papel económico e social, ou como pólos de organização do espaço.

Depois de uma fase de pessimismo face ao urbano em que se falou muito em declínio, as cidades, mesmo as grandes, são outra vez reconhecidas como pontos fulcrais de organização do espaço e da economia.

As cidades são já a forma de povoamento para mais de metade da população do globo. Com efeito, enquanto no início do século XIX apenas 3% da população mundial vivia em núcleos com 5000 e mais habitantes, em 1960 cerca de um terço (34%) da população podia considerar-se urbana, proporção que atinge 44% em 1992, 57% em 2000 e provavelmente 80% em 2025.

O crescimento urbano contemporâneo corresponde não apenas à multiplicação do número de cidades, mas a uma verdadeira mudança de escala do fenómeno com o desenvolvimento de áreas urbanas de dimensões até há pouco insuspeitadas. Cresceram os núcleos de todos os tamanhos mas afirmaram-se progressivamente os maiores. O número de cidades com mais de um milhão de habitantes progrediu de forma impressionante na segunda metade do século XX (Quadro 1) e apareceram cidades muito grandes, o que permite falar em mega cidades, conceito aplicado àquelas que têm mais de 8 ou de 10 milhões de habitantes. Enquanto estas últimas dão alojamento a 3% da população mundial, cinco em cada 100 pessoas vive em cidades com 8 milhões de habitantes e mais.

Quadro 1- Cidades com 1 milhão e mais de habitantes

1950	78
1980	222
1990	281

* Centro de Estudos Geográficos. Faculdade de Letras. Universidade de Lisboa.

nicações, aqui convergem os fluxos de pessoas, de capitais e de mercadorias. Por isso mesmo as cidades são nós fulcrais da organização do espaço.

Pela concentração de pessoas de diversas origens, pela sua importância económica as cidades são ainda importantes centros culturais, de criação e de inovação social.

O papel das várias cidades é diferente, consoante a sua dimensão e localização, e tem registado alterações que acompanham as mudanças verificadas nas relações entre os territórios em resultado da compressão do espaço na era da globalização. Relações de proximidade, das cidades com as suas regiões de vizinhança, não são mais determinantes da sorte ou do sucesso de cada cidade concreta. No mercado local, os produtos da região competem com produtos de origem muito diversa e podem mesmo estar ausentes. A economia urbana é cada vez mais dependente de relações com territórios distantes. A posição em determinada fileira produtiva, a articulação de determinados fluxos, sinergias obtidas pela participação em redes de vários tipos são chave do crescimento de muitas economias locais.

Como notou S. SASSEN a crescente segmentação do processo produtivo, acompanhada da respectiva desconcentração geográfica, implica necessidades acrescidas de centralização do controle, função atribuída às cidades grandes, aquelas que podem oferecer todo o leque de serviços de apoio às funções de gestão e de comando. As cidades muito grandes tornam-se assim os nodos principais do grande comércio internacional e dos fluxos que cruzam o mundo, os principais produtores da informação difundida pelos *media*, os coordenadores da economia global.

O crescimento dos quantitativos populacionais concentrados oferece novas potencialidades à vida social mas traz também outros problemas e exige abordagens diferentes. Por isso as cidades são novamente um grande desafio para as sociedades.

Mesmo em Portugal, onde não há tantas evidências de grande aumento da concentração da população devido à importância da urbanização difusa e das dificuldades em medir estatisticamente a urbanização, não há dúvida de

que vamos viver em cidades e por isso temos de as tornar agradáveis.

2. Desafios e objectivos

The city of the future will have successfully tackled spatial and social segregation, fostered an environment suitable for the growth of new business and emerging technologies, promoted a vibrant mixture of generations, cultures and ethnicities, and encouraged an active culture of citizen involvement in the full range of urban activities. The city of the future will also be a sustainable city minimising the waste of land and energy, and its impact on the social and physical environment.

(EUROCITIES. 1998. *Eurocities for an urban policy*, p.67)

A partir deste programa apresentado pela *Eurocities* para a política urbana na União Europeia, identificámos alguns desafios que nos parecem mais relevantes na determinação do futuro próximo das cidades que estamos agora a construir, procurando depois destacar as linhas de desenvolvimento que eles implicam a nível das políticas e da organização urbana.

Os desafios escolhidos são (i) aumentar a competitividade como resposta à crescente concorrência entre os territórios, (ii) assegurar a coesão social e a necessidade de dar respostas a procuras mais diferenciadas para o uso do espaço, (iii) promover a qualidade num contexto de sustentabilidade.

Aumentar a competitividade

A globalização da economia que trouxe alteração nos factores locativos das pessoas e actividades, o esbatimento das fronteiras nacionais, a crescente importância de grandes grupos empresariais e o aumento da mobilidade fizeram aumentar a concorrência não apenas entre empresas, mas também entre territórios. O aumento da competitividade é a resposta ao desafio da concorrência e traduz-se na maior capacidade de um território atrair capitais, empresas, turistas, residentes e portanto, riqueza, a qual se deve repercutir no nível de vida dos seus habitantes e das suas infraestruturas.

Esta atracção está relacionada com a especificidade local, com a capacidade de oferecer um produto único, ou que se comporte como tal, em condições vantajosas face à concorrência. Isto implica potencializar as capacidades locais, desenvolvendo aquilo em que se é melhor que os

concorrentes, criar um ambiente propício à atracção de empresas e turistas e publicitar as vantagens do lugar, bem como prosseguir novas políticas e adoptar novas formas de estar e de agir. Com efeito, a competitividade dos territórios depende de um complexo de factores¹ que envolvem toda a sociedade local, desde as empresas às instituições de formação, passando pela gestão urbana a qual registou mudanças muito significativas.

Os governos locais viram as suas competências alargadas, mas são-lhes exigidas competências de novo tipo. O governo local tende a funcionar como agente mobilizador e catalizador do desenvolvimento, dando expressão e viabilizando as dinâmicas dos agentes locais, deve possuir capacidade de diálogo e de negociação com actores externos, não raras vezes grandes empresas. Estratégias de promoção de imagem dos territórios, novas formas de colaboração entre sector público e sector privado fazem parte das novas políticas, tema que adiante retomaremos.

Assegurar a coesão social e a resposta a procuras diferenciadas

A transição económica dos últimos decénios provocou por toda a parte um aumento das situações de marginalidade. A coesão social apresenta-se pois como o principal desafio deste virar de milénio e anda muito associado à luta contra a pobreza, o desemprego e a exclusão.

A exclusão social tem principalmente raízes económicas e culturais. De uma forma sintética podemos evocar, por um lado, o aumento do desemprego e o crescimento de empregos pouco qualificados e mal remunerados, associados à maior polarização do emprego no sector dos serviços e à necessidade de flexibilidade imposta pelas empresas. Por outro lado, regista-se envelhecimento demográfico e novas formas de organização da família, com repercussões no papel dos seus diversos membros, na assistência aos elementos mais frágeis, e nas fontes de rendimento. Por outro lado ainda, têm-se acentuado as migrações, principalmente com origem no terceiro mundo, trazendo aumento da diversidade cultural das cidades europeias e contribuindo também para fenómenos de marginalização cultural e de rejeição, devido à disputa pelo emprego. A toxicoddependência e algumas doenças como a Sida são igualmente fonte de marginalização. Tudo isto exige medidas de política muito mais coordenadas do que anteriormente e um maior comprometimento

¹ Entre a numerosa bibliografia existente sobre este tema pode ser útil, ver *Urban Studies* 36(5/6) de 1999 e, para o caso português, ALVES, M. Brandão, 1997.

da sociedade civil na busca de soluções para os problemas.

A luta contra a exclusão não se reduz à produção de habitação social, até porque os vultuosos investimentos feitos têm-se revelado insuficientes e por vezes contraproducentes ao criar novas situações de marginalidade. Continua a ser necessário oferecer condições dignas de alojamento mas não se pode ignorar a necessidade de medidas paralelas no domínio do emprego, da formação e da educação, do apoio social aos mais sós e desprotegidos.

As cidades são grandes empregadores, devem portanto apoiar iniciativas locais de criação de empresas e de emprego, incentivar o investimento nos domínios da formação e qualificação da mão de obra.

A cultura bem como a revitalização urbana e o mercado social de emprego poderão desempenhar um papel crescente na criação de empregos. Entre as actividades a desenvolver encontram-se o apoio social às famílias, a protecção do ambiente e a valorização do património. Atenção particular deverá ser dada à juventude, seja através de modelos de formação adequados, seja pela promoção de actividades no domínio da ocupação de tempos livres.

A luta contra a exclusão social é também uma questão cultural pois em sociedades mais abertas como são as nossas, ela implica a aceitação do Outro e das suas diferenças. Deve portanto ser acompanhada pela construção de um espírito de tolerância e de respostas a procura diferenciadas.

A intensificação das migrações e a segmentação dos consumidores familiares são responsáveis pelo aumento da diversidade social, ao mesmo tempo que novas formas de produção introduzem diferenciação nas necessidades das actividades económicas e, no geral, aumenta a procura de espaços especializados.

No domínio da habitação persistem as variações na qualidade, no tamanho e na localização. À casa permanente vem juntar-se a procura de alojamentos de fim de semana e de férias com diferentes localizações. Cresce a tendência para o aumento da casa própria, as exigências em termos de conforto e segurança, surgem os condomínios fechados, nalguns casos verdadeiros *ghettos* para as elites. Nos escritórios apareceram edifícios especializados dotados dos modernos suportes tecnológicos e maior flexibilidade na organização interna, muitas vezes usando o valor simbólico da arquitectura para marcar o espaço do capital e aumentar o prestígio das empresas neles instaladas. Diversificaram-se as localizações uma vez que o centro perdeu o monopólio destas instalações. Na indústria as fábricas tradicionais ombreiam com as que usam novas e sofisticadas tecnologias. No domínio do comércio

as alterações são tão profundas que se fala de uma revolução comercial². O aumento da oferta traduz-se na multiplicação do tipo de estabelecimentos e na diversidade das localizações: lojas muito pequenas e grandes estabelecimentos, especialista e generalista, localizadas no centro ou nas periferias, com porta para a rua ou em centros comerciais. Em paralelo, cresce a associação entre o comércio e o lazer e surgem os complexos mistos e os parques temáticos. As próprias actividades ligadas com as diversões requerem hoje maior diversidade de sítios e facilidades. A recuperação das frentes aquáticas e dos centros históricos tal como as periferias oferecem oportunidades específicas.

A cidade tem de acomodar estas novas e diversas procuras, situação que foi facilitada com o grande desenvolvimento das actividades imobiliárias, que cativam montantes importantes de capital e adquirirão uma forte vertente internacionalizada, no contexto de alterações no próprio processo de planeamento.

Promoção da qualidade num quadro de sustentabilidade

Sucessivos documentos têm vindo a alertar para a responsabilidade inter-geracional face ao ambiente. O aumento muito rápido dos consumos, dos efluentes nocivos e da poluição em geral, levam, por um lado, à defesa de formas urbanas mais compacta e à reciclagem ou reuso das estruturas, e, por outro lado, à experimentação de novas formas de tratamento dos diversos tipos de resíduos.

A forma urbana compacta opõe-se às formas dispersas e periféricas consumidoras de terrenos agrícolas, caras no que toca ao fornecimento de infraestruturas, arrastando uma crescente procura de transporte, no geral individual e, portanto, consumidor de energia e altamente poluente. Foi em parte esta consciência com o desperdício associado à dispersão que esteve na base de processos de recentralização, nova atenção dada às áreas interiores que depois de anos de abandono, voltam a receber importantes investimentos. Diversas modalidades de intervenção desde as mais simples às mais espectaculares, desde casos pontuais a vastas áreas, por iniciativa privada, de responsabilidade pública ou produto de parcerias têm como objectivo reutilizar o património existente: reabilitação, revitalização, regeneração são expressões hoje correntes entre uma panóplia de re(s).

Mas a sustentabilidade e a luta contra o desperdício exigem bons hábitos e comportamentos por parte dos cidadãos e das empresas o que passa por importantes

² BARATA SALGUEIRO, Teresa, 1996.

campanhas de informação e sensibilização, no quadro de um verdadeiro programa de educação cívica e ambiental.

Importa ainda dizer que os diversos objectivos enunciados apontam para um aumento da qualidade de vida e do ambiente seja natural ou construído. Deste modo, todos os países estão a investir na qualificação do território em geral, e das cidades em particular. A esta luz podem também ser compreendidas as acções de reabilitação das zonas e edifícios históricos, a promoção de obras arquitectónicas marcantes, tanto pela arquitectura como pelo seu valor simbólico, o investimento nos espaços públicos.

O espaço público é, desde a antiguidade, parte fundamental da vida de cidade porque nele se faz a socialização, o encontro e o exercício da cidadania. Num período em que muitas actividades tradicionalmente associadas ao espaço público foram interiorizadas, em que estes espaços começavam a degradar-se, a ser abandonados e considerados perigosos, e em que muitas carências ligadas à habitação foram minoradas, os governos locais re-descobrem o espaço público e procuram fazer da sua requalificação ou produção ex-novo, zonas agradáveis, limpas e seguras onde a vida urbana na sua dimensão social volte a ferver.

3. Formas urbanas e modelos de cidade

Em termos de modelos, assiste-se hoje a uma oscilação entre as formas desconcentradas e compactas, e a uma quebra na rigidez da organização urbana herdada do funcionalismo, traduzida no zonamento e numa estrutura hierárquica de centros de comércio e serviços. A cidade pósmoderna é policêntrica, fragmentada, com uma estrutura caótica, porque menos regulada e mais determinada pelo jogo aleatório do mercado imobiliário.

Podemos caracterizar a forma urbana em construção pela tendência para o crescimento extensivo e periférico, por um lado, pela fragmentação e policentrismo, por outro. Sob estas tendências gerais desenvolvem-se no entanto sub-tendências contraditórias, pois se podemos falar em crescimento periférico existem também importantes acções de re-centralização.

O crescimento extensivo prende-se com o aumento da mobilidade e a renovação das acessibilidades que têm permitido a enorme extensão periférica das áreas urbanas, muitas vezes em esquemas de baixa densidade. Modelo de crescimento urbano inaugurado nos EUA ainda na década de 30, só depois dos anos 50 conhece desenvolvimento importante na Europa e, mesmo assim, até aos anos 70 com fórmulas mais densas porque mais dependentes do transporte colectivo.

Se pensarmos na situação portuguesa, e nalguns aspectos ela não se afasta muito da corrente noutras cidades da Europa, o movimento de periferização conheceu um forte acentuar nos últimos 20 anos, tanto destinadas a residências secundárias como a residências permanentes, designadamente com o recurso a formas de baixa densidade até então pouco utilizadas nos subúrbios que apresentavam a mesma imagem de crescimento em altura característico da cidade centro.

O reforço das infra-estruturas e dos equipamentos melhorou consideravelmente os níveis de serviço nas periferias, ao mesmo tempo que o emprego seguiu a tendência de desconcentração das residências. Deste modo nas periferias reconstitui-se cidade que oferece habitação, trabalho, lazer, e comércio, processo provavelmente mais avançado nos EUA onde se fala de *edge cities*, no exterior das áreas urbanas compactas, as quais obrigam à reformulação do próprio conceito do urbano.

Esta maior dispersão urbana nas áreas periféricas vista por muitos como apelativa porque permite baixas densidades, aumento da oferta de solo e portanto menor especulação, maior proximidade à natureza, desenvolvimento de géneros de vida mistos, é condenada por outros essencialmente com base nos elevados custos ambientais, na imagem pobre que oferece e por acarretar o declínio das áreas centrais e, no geral, dos tecidos pré-existentes. Em sentido restrito os custos ambientais referem-se ao excessivo consumo de terrenos, e à dispersão das fontes de poluição na atmosfera e sobre as águas. Em sentido mais amplo podemos incluir também nestes custos o aumento da procura de movimento que a dispersão periférica produz com os consequentes aumentos nos consumos de energia e, nos casos em que o transporte é muito dependente do automóvel familiar, da poluição do ar. Deve ainda registar-se que a dispersão do povoamento sobre áreas vastas acarreta maiores encargos no fornecimento de infra-estruturas.

O declínio e degradação das áreas centrais foi precipitado pela desindustrialização que acompanhou a reestruturação económica dos anos 70, bem como pela descentralização traduzida no forte crescimento de residências e actividades na periferia. O declínio destas áreas devido ao seu abandono e desinvestimento por parte das empresas e dos grupos de maior poder económico, seguido do abandono por parte dos poderes públicos que recebiam menos impostos foi particularmente notório nos anos 80 quando as políticas neo-liberais dominaram, designadamente nos EUA e no Reino Unido. Mesmo na Europa continental houve um abandono de estruturas físicas obsoletas ou pouco rentáveis, por vezes com grande valor patrimonial, como sucede na maior parte dos

nostros centros históricos, enquanto a falta de investimento nos transportes, estacionamento e espaços públicos aceleraram os problemas de congestionamento e poluição.

Portanto, as áreas centrais passaram a ser zonas ambientalmente degradadas, constituídas por edifícios em adiantado estado de degradação, muito congestionadas e poluídas, habitadas por populações marginalizadas, seja porque conhecem elevadas taxas de desemprego, seja porque são envelhecidas. Posteriormente, o aumento da consciência ambiental e o reconhecimento do desperdício que consiste em abandonar tecidos com valor patrimonial têm propiciado uma revisão destas opções e um renovado interesse pelas áreas mais ou menos centrais, por vezes objecto de vultuosas operações de regeneração ou reabilitação urbana.

Tendências contraditórias de descentralização e recentralização ajudam assim a explicar acções de regeneração para fins especulativos e de imagem de algumas áreas interiores, suporte de novas actividades e base de importantes campanhas de *marketing*, desde a revitalização das frentes aquáticas, iniciadas nos EUA ainda nos anos 60, à recuperação dos centros históricos e regeneração de zonas industriais ou de transporte subutilizadas.

Daqui resulta no essencial a necessidade de encontrar novos equilíbrios entre o centro e a periferia, e entre as periferias, para além da necessidade de equipar e fortalecer as periferias mais ou menos consolidadas sem abandonar as áreas centrais.

Ao contrário da "cidade moderna" onde nascemos que era uma cidade segregada constituída por áreas especializadas monofuncionais arranjadas hierarquicamente, a nova cidade é policêntrica devido à formação de novas centralidades: subcentros mais ou menos especializados, com perda da hegemonia do centro único.

O policentrismo tem sido uma bandeira dos agentes de planeamento para lutar contra a excessiva concentração associada ao carácter monocentrado das cidade: a predominância de um centro que tudo atrai onde a disputa pelo uso do solo é máxima, onde os preços atingem valores muito altos, e os congestionamentos de tráfego são uma constante. A estrutura policêntrica aparece como uma panaceia ao oferecer alternativas reais ao centro, ao abrir novas frentes de urbanização terciária, ao diversificar as deslocações. A estrutura seria então constituída por vários centros organizados em rede por oposição à estrutura hierárquica e monocentrada anterior.

Em larga medida a estrutura policêntrica tem um carácter periférico apreciado no ponto anterior, mas, por

outro lado, a sua produção está a ser excludente por via da fragmentação³.

A cidade fragmentada é produzida segundo uma lógica de enclaves, socialmente diferenciados e dissonantes, no seio de malhas antigas homogéneas ou em sítios de produção nova. Trata-se de grandes edifícios monofuncionais, condomínios fechados de habitação para a gama alta, ou complexos de uso misto, de grandes dimensões e, por vezes, espectaculares onde os escritórios, o comércio, a residência e o lazer especializam ou partilham o espaço. Nos primeiros casos, existe contiguidade (física) do edificado sem continuidade (social e económica), porque os indivíduos e actividades participam em redes de relações à distância e dependem menos de relações de proximidade, enquanto nos sítios de produção nova não há contiguidade nem continuidade. Deste modo, a cidade cresce e renova-se por fragmentos des-solidarizados do entorno. A cidade deixa de ser uma unidade, uma entidade única e coerente para ser um conjunto de complexos espectaculares de residências, comércio, e escritórios separados por áreas económica e/ou ambientalmente degradadas.

Em sociedades onde as tensões sociais são altas estes enclaves de ricos são cada vez mais protegidos e estão equipados com sofisticados sistemas de segurança, tipo fortalezas modernas.

4. Novas políticas e formas de gestão do território

Os processos descritos têm sido acompanhados de transformações da política e da gestão local preocupadas em produzir novas imagens para as cidades que traduzam uma maior competitividade, um incremento do seu potencial de atracção sobre empresas e turistas, e melhores condições de vida para os habitantes.

Em termos genéricos, podemos dizer que a tendência é para a adopção de políticas pro-activas de tipo empresarial, com recurso ao planeamento estratégico e ao *marketing* e, para outro lado, a expansão da esfera de acção política local com envolvimento de vários agentes privados e semipúblicos.

A expansão da esfera de acção política local anda associada a novos sistemas de negociação e colaboração. Tem-se verificado uma alteração das relações com o sector privado e o desenvolvimento de diversos tipos de parcerias (entre o Estado central e as autarquias, com os par-

³ O processo de reestruturação pode ser classificado de excludente porque valoriza uns sítios à custa da desvalorização de outros sítios e de pessoas, como já mostrámos noutros trabalhos (BARATA SALGUEIRO, T., 1997 e 1998).

ceiros sociais, com organizações empresariais), ao mesmo tempo que as ONGs e as organizações dos cidadãos em geral adquirem nova voz e capacidade de intervenção.

Da política gestionária à empresarial

As políticas pro-activas são o oposto das reactivas destinadas à resolução de problemas. Visam atrair capitais e a exploração de oportunidades e estão intimamente associadas à forma de gestão empresarial orientada para o crescimento económico. Esta caracteriza-se pelo uso de recursos para atrair investimentos, subordinação das políticas sociais à economia e às necessidades do mercado de trabalho, fornecimento de serviços pelo mercado.

O planeamento estratégico sendo um planeamento por objectivos que procura desenvolver as potencialidades locais face às ameaças e oportunidades externas, é um instrumento privilegiado destas políticas que dão maior atenção à promoção e ao desenvolvimento que ao ordenamento e à regulação física. O *marketing* é usado para promover a cidade e atrair investimentos o que, cada vez mais, passa por construir uma imagem forte. A produção do espaço urbano reflecte assim a necessidade das cidades apresentarem imagens positivas de si próprias. De facto, nas duas últimas décadas constata-se a multiplicação das intervenções que melhorando a imagem dos lugares, facilitam a reestruturação económica global, por meio de investimentos no domínio da qualificação e requalificação do território.

São disso exemplo os investimentos em infraestruturas de transporte e comunicações, a construção de centros de congressos, zonas culturais e de lazer, a recuperação dos centros históricos, e a valorização das frentes aquáticas, para além da construção privada de grandes edifícios de escritórios e comércio.

No domínio do trânsito e das acessibilidades foram feitas importantes melhorias, quer locais quer internacionais, com a construção de portos, marinas, aeroportos, estações ferroviárias, pontes, melhoria das redes rodoviárias, sem esquecer, no caso das nossas maiores cidades, a construção de parques de estacionamento subterrâneos ou em silo ou o progresso do estacionamento tarifados nas principais avenidas.

A construção massiva de complexos de escritórios, comércio e lazer (centros de congressos, centros culturais, centros comerciais, parques temáticos, e outras zonas de lazer) às vezes anexos a aeroportos que se tornam os

locais de encontro da nova elite de negócios internacional é mais um dos sinais da metrópole pósmoderna.

Muitos dos chamados grandes projectos podem funcionar como ícones da transformação mais ou menos aparente da sorte da cidade e no contexto da gestão urbana empresarial reflectem a concepção pósmoderna do espaço porque se apresentam como fragmentos artísticos e enclaves cenográficos (HALL, 1998).

Tudo isto se verificada em simultâneo com a redução do papel regulador do planeamento cujos modelos se tornaram impotentes e ineficazes para regular o processo de transformação urbana, com a maior preocupação em deixar funcionar o mercado quando só o plano assegura o desenvolvimento e desenho da cidade como totalidade. A visão de conjunto oferecida pelo plano foi substituída por intervenções fragmentárias, pontuais, muitas vezes determinadas apenas por intenções estéticas de valorização imobiliária.

Na cidade produzida de forma fragmentária perde-se a ideia de conjunto e verifica-se um progressivo distanciamento da gestão em relação ao social o que leva D. HARVEY a dizer que a qualificação é feita à custa dos mais pobres, utilizando fundos da comunidade que são desviados do apoio social, funcionando quase como "subsídio aos mais ricos". Também SEGRE (1998) criticando o excessivo ênfase atribuído aos projectos arrojados que contribuem para a valorização crescente do capital, para o fortalecimento da imagem da cidade dos ricos, insiste na responsabilidade social da arquitectura. De facto o aumento das exclusões a que se tem assistido em todas as cidades requer novas políticas, integradas e horizontais, que permitam atender ao desenvolvimento económico sem perder de vista o social. Cresce a necessidade de adoptar medidas territorializadas para muitos problemas que devem ser resolvidos ao nível local, combinando por exemplo a intervenção sobre a recuperação dos imóveis com o envolvimento das escolas em termos de formação profissional, incremento dos serviços de carácter social e ocupação de tempos livres para os mais jovens. Mas ao mesmo tempo nota-se a necessidade de não focalizar as actuações só num bairro, seja ele o centro ou um bairro pobre com problemas, mas pensá-lo na cidade como um todo.

Há sem dúvida necessidade de investir nas cidades e de reconhecer o seu papel motor do desenvolvimento económico e social, por isso o Eurocities propõe que 2 a 5% dos Fundos estruturais sejam distribuídos às cidades e que se fomente uma maior articulação entre a política urbana e a regional.

REFERÊNCIAS

- BRANDÃO ALVES, M. (1996) – “Global competitiveness of a metropolitan area. The case of Lisbon”, comunicação ao 5º Congresso Mundial da RSAI, Tóquio.
- BRANDÃO ALVES, M. (1997) - *A Competitividade das áreas metropolitanas em Portugal*. Relatório final de projecto. Lisboa, DGOTDU (policopiado).
- BARATA SALGUEIRO, Teresa (1996) - *Do comércio à distribuição. Roteiro de uma mudança*. Oeiras, Celta.
- BARATA SALGUEIRO, Teresa (1997) – “Lisboa, metrópole policêntrica e fragmentada”. *Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia*, 32(63), pp.179-190.
- BARATA SALGUEIRO, Teresa (1998) – “Marginalidades e exclusão nas metrópoles”, em BARATA SALGUEIRO, Teresa (coord.) - *Globalização e reestruturação urbana*. Lisboa, CEG/UII, Estudos de Geografia Humana e Regional D7, pp. 81-118.
- BORJA, J.; CASTELLS, M.; DORADO, R. e QUINTANA, I. (eds.) (1991) - *Las grandes ciudades en la década de los noventa*. Madrid, Editorial Sistema.
- EUROCITIES (1998) - *Eurocities for an urban policy*. Bruxelas (policopiado).
- HALL, T. (1998) - *Urban Geography*. Londres, Routledge.
- Revista *Sociedade e Território*, Porto, 30, 1999.
- Revista *Urban Studies*, Glasgow, 36(5/6), 1999.
- SASSEN, S. (1998) - *As cidades na economia mundial*. São Paulo, Studio Nobel.
- SEGRE, Roberto (1998) – “Venceremos? La conciencia inquieta. Reflexiones urbanas al fin del milenio”, *Ciudad y Territorio*, Madrid, 30(115), pp. 85-101.